

A infância negra e o direito à representatividade

Mayara Benjamim de Oliveira ¹
Thais Macedo Nedisberg ²
Laura Regina da Silva Rodrigues ³
Julia Regina Huber da Silva Alves ⁴
Gisele Ruiz Silva ⁵

RESUMO

Este artigo resulta das experiências no Núcleo de Estudo e Pesquisa em Educação da Infância (NEPE), vinculado à Universidade Federal do Rio Grande (FURG), e propõe reflexões sobre a representatividade étnico-racial na infância, com foco na formação docente para uma prática antirracista. As vivências no Ateliê da Infância, projeto de extensão do NEPE, e os estudos do componente curricular “Sociedade, Educação e Relações Étnico-Raciais” evidenciaram a ausência de repertórios visuais, literários e simbólicos que contemplem a diversidade étnico-racial no cotidiano das crianças. A partir dessas inquietações, buscou-se compreender como as práticas pedagógicas podem ser atravessadas por saberes afro-brasileiros, inclusive por meio do brincar, espaço rico de transmissão de cultura e identidade. Além da observação cotidiana no Ateliê, o artigo também destaca a realização de um estudo coletivo durante a Semana do Seminário Integrado do NEPE, quando as bolsistas organizaram uma formação com uma professora da rede municipal atuante na área das relações étnico-raciais. Esse momento formativo reforçou o compromisso com uma pedagogia que vá além de datas comemorativas e que valorize, de forma contínua e significativa, as identidades étnico-raciais. O trabalho defende, assim, a importância da formação docente comprometida com a construção de práticas antirracistas na Educação Infantil, que celebrem a diversidade e contribuam para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Palavras-chave: Representatividade, Étnico-raciais, Infância, Formações, NEPE.

INTRODUÇÃO

Este trabalho surge das experiências vivenciadas no Núcleo de Estudo e Pesquisa em Educação da Infância (NEPE). Este é um núcleo de ensino, pesquisa e extensão da Universidade Federal do Rio Grande - FURG que se dedica à reflexão, à pesquisa e à prática pedagógica voltada à infância, sempre comprometido com uma educação crítica, sensível e transformadora

1 Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Rio Grande - FURG, mayarabenjamim11@gmail.com;

2 Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Rio Grande - FURG, thais2005.niedisberg@gmail.com;

3 Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Rio Grande - FURG, laurasrodri04@gmail.com;

4 Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Rio Grande - FURG, huberjulia392@gmail.com;

5 Doutora em Educação em Ciências, pela Universidade Federal do Rio Grande - FURG, Professora Adjunta do Instituto de Educação da Universidade Federal do Rio Grande - FURG, gisaruijsilva@gmail.com.



de maneira interdisciplinar, possibilitando uma troca entre profissionais de diferentes áreas do conhecimento.

Dentre suas iniciativas, destaca-se o Ateliê da Infância, um projeto de extensão que possui um espaço próprio situado no prédio do Instituto de Educação da FURG. Dentre outras atividades, o Ateliê realiza oficinas, elabora materiais pedagógicos e vivências das múltiplas linguagens para as crianças, configurando-se como um espaço de formação inicial e continuada à docência referente às duas primeiras etapas da Educação Básica.

Foi nesse contexto que percebemos, durante as vivências e as observações no Ateliê da Infância, e as aprendizagens obtidas no componente curricular “Sociedade, Educação e Relações Étnico-Raciais”, do curso de Pedagogia, da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, a ausência de repertórios visuais, literários e simbólicos que representassem de forma efetiva a diversidade étnico-racial do nosso país no cotidiano das crianças.

Diante disso, surgiu a necessidade de repensar o espaço do Ateliê: não como um ambiente neutro ou apenas lúdico, mas como um território pedagógico potente já que Finco e Oliveira (2020, p. 78) relatam que:

O espaço da educação infantil pode ser um espaço coletivo de educação para o respeito e a valorização das diferenças, de uma educação que permita e favoreça a diversidade. As diferenças enriquecem o ambiente coletivo das instituições de educação infantil e contribuem para que as crianças tenham a possibilidade de construir uma visão positiva sobre a diversidade de vida e contextos, bem como o respeito pelas diferenças relacionadas às questões de gênero e raça, caso as profissionais inseridas nessas instituições também possam construir um ‘novo olhar’.

Dessa forma, para a construção de uma educação antirracista desde a infância, é fundamental que as práticas étnico-raciais não se limitem a datas comemorativas, como o mês de novembro, ou a Semana da Consciência Negra. Elas devem estar integradas, de forma contínua, natural e significativa, ao cotidiano das crianças. Nesse sentido, torna-se imprescindível que profissionais da educação infantil se apropriem dos fundamentos de uma educação antirracista, de modo a valorizar as identidades das crianças e contribuir para a desconstrução de imagens estereotipadas da população negra. Como destaca Cavalleiro (2001, p. 151),

somente uma educação calcada na informação e no questionamento crítico a respeito das desigualdades sociais, bem como dos problemas relacionados ao preconceito e à discriminação, pode concorrer para a transformação dessa sociedade que tem, sistematicamente, aliado muitos indivíduos do direito à cidadania. Esta preocupação deve, portanto, estar presente desde a educação





da criança pequena, até a educação do futuro profissional das mais distintas áreas de trabalho.

A ausência de uma educação antirracista evidencia não apenas a negligência histórica, mas também a urgência de formação e compromisso por parte dos profissionais da educação. Na infância, etapa fundamental para a construção da identidade, a representatividade é um elemento central. Conforme estabelecem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, reeducar as relações étnico-raciais é essencial para a consolidação de uma sociedade democrática e justa.

Diante disso, este artigo tem como objetivo refletir sobre a importância da formação docente para o enfrentamento do racismo na educação infantil, bem como ampliar os repertórios pedagógicos que valorizem as identidades étnico-raciais das crianças de forma contínua e significativa. Defendemos que a representatividade negra deve ser incorporada às práticas educativas como um compromisso cotidiano, e não como uma ação pontual ou simbólica.

METODOLOGIA

Durante as vivências no espaço do Ateliê da Infância, passamos a observar e refletir sobre como a representatividade na infância se manifesta ou se ausenta nas práticas pedagógicas cotidianas. A inquietação não surgiu apenas diante da ausência de materiais visuais ou literários com protagonismo negro e indígena, mas também ao pensar sobre quais saberes e culturas estão presentes ou apagados nas vivências infantis.

Foi nesse movimento de reflexão que nos lembramos de várias brincadeiras tradicionais da infância que marcaram nossa trajetória. Entre elas, o corre-cutia, uma brincadeira de roda na qual uma criança corre ao redor das demais, que estão sentadas, cantando a canção “corre cutia, na casa da tia...”, até deixar um lenço atrás de alguém que deve se levantar e correr para pegá-la. Há também o relóginho, em que uma criança gira uma corda no chão imitando os ponteiros de um relógio, enquanto as demais pulam; o cabo de guerra, uma brincadeira coletiva de força e estratégia, na qual dois grupos puxam as extremidades de uma corda em direções opostas; o esconde-esconde, que envolve uma pessoa contando de olhos fechados até um número e as outras crianças se escondem para depois ela encontrar todos os participantes.





Ao pesquisar mais profundamente sobre essas brincadeiras, encontramos no catálogo de jogos e brincadeiras africanas e afro-brasileiras (PINTO; SILVA; NUNES, 2022). a confirmação de que muitas delas têm origem ou relação com práticas ancestrais africanas. No catálogo, por exemplo, a brincadeira do relinho encontra eco em jogos como o saltar corda e o silikoti, brincadeiras populares entre crianças de países como Moçambique e Angola, nas quais a corda também é elemento central. Já o esconde-esconde, tão presente no cotidiano brasileiro, aparece nomeado como suekamena em algumas regiões da África lusófona. Esses registros reforçam que o brincar é um campo fértil de transmissão de memórias, linguagens e identidades.

Essa descoberta nos levou a compreender que a representatividade na infância vai muito além das imagens na televisão ou dos discursos sobre racismo em datas comemorativas. Ela está presente ou ausente nos corpos que vemos nos livros, no contato com a música, a dança, a culinária, as histórias e também com as brincadeiras de origem africana. Desde cedo, esses elementos fortalecem a identidade e a autoestima de crianças negras. Em um país historicamente marcado pelo apagamento das raízes africanas, manter essas tradições vivas é um ato de resistência e valorização da cultura afro-brasileira.

Por isso, compreendemos que discutir representatividade na infância, inclusive a partir do brincar, exige olhar para a escola como um espaço estratégico de disputa cultural, como apontam Gonçalves e Silva (2003) ao refletirem sobre o papel dos sistemas educacionais na transmissão de saberes e valores.

[...] tendo em vista que a cultura e sua transmissão contam, nas sociedades contemporâneas, com poderoso suporte dos sistemas educacionais (sistemas estes que consomem grande parte da vida dos indivíduos) e como a educação, qualquer que ela seja, está integralmente centrada na cultura, pode-se entender porque os multiculturalistas fizeram da instituição escolar seu campo privilegiado de atuação (Gonçalves; Silva, 2003, p. 120).

A partir dessas reflexões que emergiram no cotidiano do Ateliê da Infância, sentimos a necessidade de aprofundar nossos conhecimentos sobre a educação para as relações étnico-raciais, especialmente na infância. Foi nesse contexto que, durante a Semana do Seminário Integrado do NEPE, um evento que acontece anualmente e tem como objetivo enriquecer a formação das bolsistas e fortalecer o elo entre pesquisa e extensão, organizamos um momento de estudo coletivo sobre essa temática.





Sabendo da urgência que o debate sobre representatividade e ancestralidade ocupa em nossa prática e pesquisa, nós, bolsistas do projeto, nos reunimos para pensar quais seriam as discussões mais necessárias naquele momento. Assim, convidamos uma professora da rede municipal de ensino com experiência e atuação no campo das relações étnico-raciais na Educação Infantil para oferecer uma formação específica sobre o tema.

Esse encontro foi fundamental para tensionar nossas práticas, ampliar o olhar sobre os desafios do cotidiano escolar e fortalecer o compromisso com uma pedagogia antirracista desde os primeiros anos da infância. A escuta da educadora, somada às experiências vivenciadas no Ateliê e às leituras realizadas, reafirmou a importância de construir repertórios pedagógicos que não apenas incluam, mas celebrem as identidades negras e indígenas no ambiente escolar e espaços não formais. Afinal, como destaca Ferreira (2023, p. 26), “faz-se indispensável a formação inicial e continuada dos(as) professores(as) para investir na construção de um currículo antirracista cuja aplicação seja realizada de maneira sistemática e não se esgote apenas no debate”.

REFERENCIAL TEÓRICO

A construção de práticas pedagógicas comprometidas com a valorização das identidades étnico-raciais na infância exige o enfrentamento crítico do racismo estrutural e a defesa de uma educação comprometida com a justiça social. Como aponta Cavalleiro (2001), a escola tem um papel fundamental na desconstrução de estereótipos e na promoção de uma educação antirracista, sendo necessário que os profissionais da educação se apropriem de conhecimentos que lhes permitam compreender e intervir criticamente frente às desigualdades raciais. A autora ressalta que é desde a infância que se deve instaurar uma educação pautada na informação e na análise crítica das discriminações, garantindo o direito à cidadania para todas as crianças.

No mesmo sentido, Finco e Oliveira (2020) discutem como os espaços da Educação Infantil podem se configurar como territórios de valorização das diferenças, desde que haja um olhar sensível das educadoras às questões de raça e gênero. As autoras defendem que o espaço educativo não é neutro: ele pode (e deve) ser construído como um ambiente coletivo que promova respeito, diversidade e pertencimento, contribuindo para que as crianças desenvolvam visões positivas sobre si e sobre o outro.





Complementando essa perspectiva, Gonçalves e Silva (2003) argumentam que a escola é um campo estratégico de disputa cultural. Como instituição que ocupa grande parte da vida das crianças, ela atua como veículo de transmissão (ou silenciamento) de valores, saberes e memórias. Por isso, os autores destacam a importância das propostas pedagógicas multiculturais, que reconhecem e valorizam diferentes heranças culturais historicamente marginalizadas.

A partir desses aportes teóricos, compreende-se que a presença (ou ausência) de representatividade negra e indígena nas práticas pedagógicas cotidianas interfere diretamente na construção da identidade das crianças. Durante a formação realizada no contexto do NEPE, foi possível perceber que o brincar desempenha um papel essencial nesse processo. É por meio de jogos, cantigas e narrativas que refletem suas origens que as crianças negras desenvolvem senso de pertencimento e vínculo com suas ancestralidades. São essas práticas que preservam memórias coletivas e se tornam estratégias pedagógicas eficazes no enfrentamento do racismo estrutural desde a primeira infância.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ainda no esforço de tornar o Ateliê da Infância um espaço mais coerente com os princípios de uma pedagogia antirracista, revisitamos criticamente a forma como os materiais eram dispostos nos ambientes. Percebemos que não basta apenas oferecer bonecas negras, é preciso garantir que elas estejam inseridas nos contextos do brincar, acessíveis e convidativas à imaginação das crianças. Tal ideia dialoga com a análise de Ferreira (2023), ao apontar que a construção do pertencimento étnico-racial das crianças negras depende de práticas pedagógicas que ultrapassem o simbolismo superficial, atuando diretamente na organização dos espaços e na valorização das identidades negras no cotidiano.

Em uma das visitas realizadas por turmas de Educação Infantil, organizamos intencionalmente dois espaços circunscritos com bonecas Abayomi integradas aos cenários de forma sensível. Essas bonecas, construídas manualmente em uma formação anteriormente promovida pelo NEPE, seguem a técnica criada por Lena Martins, educadora popular e militante do Movimento de Mulheres Negras, que desenvolveu a confecção das Abayomi sem uso de costura ou cola, utilizando apenas amarrações com retalhos de tecido, o que carrega em si um gesto de resistência, cuidado e ancestralidade. Ao invés de deixá-las guardadas ou empilhadas em prateleiras altas, como fizemos em momentos anteriores, duas dessas bonecas



foram incorporadas ao espaço da construção, um ambiente com areia, terra e objetos não estruturados, propício à criação de histórias e paisagens simbólicas. As outras Abayomis foram realocadas para uma prateleira mais baixa, em um outro espaço com brinquedos diversos. No entanto, observamos que essas últimas não foram manuseadas ou incluídas nas brincadeiras, permanecendo intocadas ao longo da visita.

Essa diferença de engajamento evidenciou que o problema não estava na ausência das bonecas em si, mas sim na forma como elas eram apresentadas. As duas Abayomis que fizeram parte do cenário de brincadeiras foram prontamente incorporadas pelas crianças em suas narrativas, o que reforça a importância da curadoria e da intencionalidade pedagógica na disposição dos materiais. Já que, como afirma Horn, “os espaços devem ser planejados de maneira a estimular todos os sentidos da criança, proporcionando interações que ampliem seu repertório cognitivo e emocional” (2004, p. 15).

Um momento marcante foi a interação de uma menina branca, de cabelos lisos e claros, que demonstrou envolvimento afetoso com uma das bonecas, acolhendo-a em suas histórias de faz de conta com naturalidade e cuidado. Essa cena nos mostra, mais uma vez, como as crianças, quando expostas à diversidade desde cedo, estão livres de preconceitos e abertas ao encontro com o outro.

A partir dessa experiência, registramos como encaminhamento que, nas próximas visitas ao Ateliê, ampliaremos a presença das bonecas Abayomi e outras bonecas negras em diferentes espaços e contextos brincantes, buscando formas mais criativas e visíveis de incorporá-las às brincadeiras e chamando a atenção das crianças para esses elementos com sutileza e intencionalidade. Conforme destacam Xavier, Santiago e Dantas (2021, p. 30),

As culturas infantis são produzidas por meio das diferentes relações que as crianças estabelecem com o mundo, trazendo também para suas construções os conflitos existentes nos espaços em que convivem. A criança precisa do grupo para se tornar social, sendo necessário experiências múltiplas como uma convivência multiétnica; a falta dessa última pode ocasionar práticas preconceituosas ou discriminatórias, cristalizando aprendizagens baseadas em comportamentos preconceituosos dos adultos à sua volta, dependendo da família, do grupo e do momento histórico que ela partilha.

Outro ponto de transformação foi percebido no espaço da casinha, ambiente muito procurado pelas crianças durante as visitas. Anteriormente, esse espaço contava com uma boneca Polly, de pele branca e traços eurocêntricos, que costumava ser motivo de disputa constante entre as crianças. Apesar de o ambiente também contar com outras bonecas de pele





negra e cabelos cacheados, elas eram sistematicamente deixadas de lado, em favor da Polly. Reconhecemos esse padrão de preferência como resultado de uma construção social e simbólica racista, que não permite que as demais figuras ganhem destaque e sejam ressignificadas pelas crianças.

Esses episódios nos fizeram compreender que o enfrentamento ao racismo na Educação Infantil passa também pela revisão dos detalhes: quais bonecas estão disponíveis? Onde estão colocadas? Quem é desejada? Quem é ignorada? É nesse nível do cotidiano que se constrói (ou se desconstrói) a ideia de valor sobre os corpos e as identidades. Por isso, seguimos atentos e comprometidos com o redesenho contínuo dos nossos espaços e práticas, certas de que educar para a diversidade exige vigilância, escuta e coragem para mudar.

A partir de um projeto de extensão que aconteceu na FURG, intitulado *Cirandas Literárias: Miradas e Vozes Negras*, entramos em contato com um conjunto de perguntas provocadoras que inspiraram novas reflexões sobre o nosso espaço literário: Quais os personagens principais dos livros que ofertamos? Há livros de autores negros ou indígenas? Que imagens e histórias sobre pessoas negras e indígenas nossas crianças estão encontrando nos livros? Estamos sendo antirracistas quando utilizamos apenas livros escritos por autores brancos, mesmo que falem sobre personagens negros? Temos buscado autores e autoras negras que escrevem a partir de suas próprias experiências e referências culturais? Tais questionamentos surgiram durante a oficina e foram trazidas para o grupo como ponto de partida para repensarmos nossas escolhas literárias. A partir delas, passamos a refletir sobre a importância de buscar e valorizar obras produzidas por autores e autoras negras e indígenas, reconhecendo suas vozes, vivências e modos de narrar como fundamentais para uma prática pedagógica verdadeiramente antirracista e plural.

Com isso, ampliamos nosso repertório no campo da literatura infantil negra e indígena, incorporando dez obras que valorizam protagonistas, autores e narrativas negras e indígenas. Embora ainda não tenhamos tido a oportunidade de colocar em prática esse espaço com as crianças, por conta da falta de visita nesse período do primeiro semestre, sentimos que estamos mais fortalecidas com os novos elementos incorporados ao nosso acervo. Sabemos, no entanto, que esse é um processo contínuo, que exige revisões permanentes, escuta sensível e compromisso constante com a construção de uma educação antirracista e decolonial, que visa





desconstruir as identidades essencializadas e estereotipadas e proporcionar a construção de práticas pedagógicas e estratégias de promoção da igualdade racial no cotidiano da sala de aula, assim como de valorização das diferentes identidades em construção presentes no cotidiano escolar (Moitinho, 2008, p. 02).

Entendemos que o brincar desempenha, portanto, um papel essencial nesse processo. É por meio de jogos, cantigas e histórias que refletem suas origens que as crianças negras desenvolvem senso de pertencimento e vínculo com suas ancestralidades. São essas práticas que preservam memórias coletivas e se tornam estratégias pedagógicas eficazes no enfrentamento do racismo estrutural desde a primeira infância.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acerca das reflexões desenvolvidas ao longo do trabalho, fica evidente que a construção de uma educação representativa na educação infantil demanda intencionalidade, formações continuadas e compromisso de professores e professoras. A experiência no Ateliê da Infância mostrou que uma educação antirracista não se limita à presença de materiais ou símbolos espalhados pelo espaço, mas é relacionar a forma como esses elementos são incorporados nas práticas cotidianas.

Quando o espaço educativo valoriza as identidades, ele se torna um ambiente fértil para valorização da ancestralidade. Dessa forma, contribuindo para a formação de crianças mais seguras, respeitadas e conscientes das diversidades que compõem a sociedade. Além disso, compreende-se que pequenas intervenções no cotidiano, como a disposição intencional de bonecas negras, têm grande impacto na construção de sentidos. O brincar, ao ser entendido como prática cultural e política, torna-se uma ferramenta vigorosa no enfrentamento ao racismo estrutural.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao EPEC, ao PDE, à PROEXC e à FURG pelo apoio e incentivo à realização deste trabalho apresentado no ENALIC 2025. O suporte institucional e formativo dessas instâncias foi fundamental para o desenvolvimento desta pesquisa e para a ampliação das experiências acadêmicas e extensionistas que contribuíram para nossa formação. Reconhecemos a importância do compromisso da universidade pública com a promoção do





ensino, da pesquisa e da extensão como práticas indissociáveis e transformadoras da realidade social.

REFERÊNCIAS

CAVALLEIRO, Eliane (org.). *Racismo e antirracismo na educação: Repensando nossa escola*. São Paulo: Summus, 2001.

FINCO, Daniela; OLIVEIRA, Fabiana de. A sociologia da pequena infância e a Diversidade de Gênero e de Raças nas Instituições de Educação Infantil. In: FARIA, Ana Lúcia G. de; FINCO, Daniela (org.). *Sociologia da Infância no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2020. p. 55-78.

GONÇALVES, L.A.O.; SILVA, P.B.G. Multiculturalismo e educação: do protesto de rua a propostas e políticas. *Educação & Pesquisa*, São Paulo, v. 29, n. 1, jan./jun. 2003.

HORN, Maria da Graça Souza; GOBATTO, Carolina. Percorrendo trajetos e vivendo diferentes espaços com crianças pequenas. In: FLORES, Maria Luiza; ALBUQUERQUE, Simone (orgs). *Implementação da Proinfância no Rio Grande do Sul: perspectivas políticas e pedagógicas*. Porto Alegre: ediPUCRS, 2015. 322.

MOITINHO, Sara. A criança negra no cotidiano escolar. *Revista Teias*, v. 10, n. 20, p. 21, dez. 2009.

XAVIER, Nubea Rodrigues; SANTIAGO, Flávio; DANTES, Claudemir. “Eu não quero me casar com uma menina pretinha”: interseccionalidade e educação infantil. *Educação, Direitos Humanos e Inclusão*. Curitiba: Íthala, 2021.

